



IHS Brasil - Cessão de Infraestrutura S.A

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
IHS Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da IHS Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Ênfase - Partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota 20 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia e suas controladas mantêm saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



IHS Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



IHS Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de abril de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Ricardo Novaes de Queiroz
Signed by RICARDO NOVAES DE QUEIROZ/5309960500
CPF: 5209960500
Signed Time: 01 de abril de 2026 | 12:51 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
C: BR
Issuer: AC CertSign RFB G5
25C4D7174842B488...

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2

IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024			31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	77.727	97.328	83.668	106.603	Fornecedores	11	59.798	69.275	59.555	69.341
Contas a receber	5	98.573	85.245	98.575	85.452	Adiantamentos de clientes	12	7.239	3.076	7.239	3.076
Impostos a recuperar	6	9.959	10.277	10.584	10.748	Obrigações trabalhistas	13	20.392	15.977	20.966	16.289
Adiantamentos	7	42.558	21.700	43.285	22.579	Impostos a recolher	14	38.097	5.892	38.180	6.017
Transações com partes relacionadas	20	-	14.024	-	14.024	Outras provisões	15	82.254	138.966	82.306	139.274
Despesas antecipadas		3.660	5.516	3.850	5.659	Transações com partes relacionadas	20	103.314	34.881	92.116	34.881
Total do ativo circulante		232.477	234.090	239.962	245.065	Passivos de arrendamento	19	85.159	56.199	85.337	56.500
						Total do passivo circulante		396.253	324.266	385.699	325.378
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Outros créditos	7	279.968	320.852	279.955	321.144	Empréstimos	16	-	1.368.035	-	1.368.035
Contas a receber	5	128.565	144.385	128.565	144.385	Transações com partes relacionadas	20	1.095.300	-	1.099.648	6.019
Impostos a recuperar	6	17.726	34.136	17.726	34.136	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e previdenciários	17	856	3.869	856	3.869
Imposto de renda diferido	25	450.478	391.080	450.687	391.287	Provisão para desmobilização	18	191.846	147.510	191.846	147.510
Investimentos	10	58.317	56.644	-	-	Passivos de arrendamento	19	1.436.966	1.376.351	1.436.966	1.376.351
Imobilizado	8	2.024.895	1.492.960	2.048.050	1.516.068	Total do passivo não circulante		2.724.968	2.895.765	2.729.316	2.901.784
Intangível	9	1.508.968	1.671.872	1.508.968	1.671.872						
Direito de uso de arrendamento	19	1.831.943	2.229.602	1.853.218	2.258.795						
Total do ativo não circulante		6.300.859	6.341.531	6.287.168	6.337.687						
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	21	3.160.202	2.765.985	3.160.202	2.765.985
						Ajuste de avaliação patrimonial		8.202	8.290	8.202	8.290
						Reservas de capital	21	1.279.331	1.279.331	1.279.331	1.279.331
						Prejuízo acumulado		(1.035.620)	(698.016)	(1.035.620)	(698.016)
						Total do patrimônio líquido		3.412.115	3.355.590	3.412.115	3.355.590
TOTAL DO ATIVO		6.533.336	6.575.621	6.527.130	6.582.752	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.533.336	6.575.621	6.527.130	6.582.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA LÍQUIDA	22	627.477	548.096	628.454	551.170
Custos dos serviços prestados	23	(275.587)	(275.772)	(271.365)	(274.169)
LUCRO BRUTO		<u>351.890</u>	<u>272.324</u>	<u>357.089</u>	<u>277.001</u>
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	23	(346.804)	(774.888)	(357.789)	(791.988)
Equivalência patrimonial	10	(1.019)	(7.976)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	23	23.383	20.372	23.161	20.222
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL		27.450	(490.168)	22.461	(494.764)
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		27.450	(490.168)	22.461	(494.764)
RECEITAS FINANCEIRAS	24	131.645	24.903	132.034	25.471
DESPESAS FINANCEIRAS	24	(556.097)	(373.247)	(551.497)	(370.032)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(397.002)	(838.512)	(397.002)	(839.325)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25	59.398	131.618	59.398	132.431
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(337.604)</u>	<u>(706.894)</u>	<u>(337.604)</u>	<u>(706.894)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$	21	<u>(0.17)</u>	<u>(0.40)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(337.604)	(706.894)	(337.604)	(706.894)
Item que será reclassificado subsequentemente para o resultado:				
Ajuste conversão demonstrações financeiras controladas no exterior	<u>87</u>	<u>162</u>	<u>87</u>	<u>162</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(337.517)</u>	<u>(706.732)</u>	<u>(337.517)</u>	<u>(706.732)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>Capital</u> <u>social</u>	<u>Ajustes de</u> <u>avaliação</u> <u>patrimonial</u>	<u>Transações</u> <u>de capital</u>	<u>Reserva</u> <u>Legal</u>	<u>Outras</u> <u>reservas</u> <u>de capital</u>	<u>Reserva de</u> <u>Lucros</u>	<u>Prejuízos</u> <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>2.765.986</u>	<u>8.128</u>	<u>92.328</u>	<u>10.054</u>	<u>1.171.381</u>	<u>8.878</u>	<u>-</u>	<u>4.056.755</u>
Reflexo de incorporação						5.567			5.567
Outros resultados abrangentes			162						162
Prejuízo do exercício								(706.894)	(706.894)
Transferência entre reservas							(8.878)	8.878	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>2.765.986</u>	<u>8.290</u>	<u>92.328</u>	<u>10.054</u>	<u>1.176.948</u>	<u>-</u>	<u>(698.016)</u>	<u>3.355.590</u>
Aumento de capital	21	394.216							394.216
Outros resultados abrangentes			(87)						(87)
Prejuízo do exercício								(337.604)	(337.604)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		<u>3.160.202</u>	<u>8.202</u>	<u>92.328</u>	<u>10.054</u>	<u>1.176.948</u>	<u>-</u>	<u>(1.035.620)</u>	<u>3.412.115</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do exercício	(337.604)	(706.894)	(337.604)	(706.894)
Ajuste para conciliar o lucro/prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas				
(aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	424.299	359.282	433.364	369.148
Baixa do ativo imobilizado e direito de uso	43.969	168.260	43.969	170.243
Provisão de valor recuperável dos ativos (impairment)	42.208	437.931	42.208	437.931
Equivalência patrimonial	1.019	7.976	-	-
Impostos diferidos	(59.398)	(131.618)	(59.398)	(132.431)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.138	(1.382)	20.138	(1.382)
Receita diferida	78.926	97.233	78.926	97.233
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmobilização	(42.734)	16.809	(42.734)	14.880
Provisão para riscos	(3.013)	1.748	(3.013)	1.748
Juros sobre empréstimos	177.909	181.168	177.909	182.744
Variações despesas financeiras de arrendamento	171.960	163.575	171.960	164.254
Variação cambial sobre empréstimos	(10.059)	-	(10.059)	-
Outras provisões	210	34.050	(47)	33.146
Outros	-	4.010	34	3.432
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(134.370)	(124.352)	(134.167)	(123.630)
Impostos a recuperar	16.728	1.904	16.572	9.786
Adiantamentos e outros créditos	9.031	(67.878)	9.488	(65.517)
Despesas antecipadas	1.856	(2.630)	1.809	(2.546)
Partes relacionadas	14.024	13.940	14.024	13.940
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(9.477)	(24.498)	(9.786)	(25.057)
Adiantamentos de clientes	4.163	982	4.163	982
Obrigações trabalhistas	4.415	(1.765)	4.677	(2.071)
Impostos a recolher	32.205	(1.054)	32.163	(1.095)
Outras obrigações	(36.925)	-	(36.925)	-
Partes relacionadas	-	-	-	(1.478)
Caixa gerado nas operações	409.478	426.797	417.671	437.366
Juros pagos	(197.466)	(152.197)	(197.466)	(152.197)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	212.012	274.600	220.205	285.169
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aporte de capital em subsidiária	(2.780)	-	-	-
Movimentações em conta de caixa restrito	-	106.032	-	106.032
Caixa oriundo da venda de investimento	-	23.936	-	-
Pagamentos de bens para o ativo imobilizado	(219.955)	(343.961)	(221.270)	(331.698)
Pagamentos de bens para o intangível	-	708	-	708
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(222.735)	(213.285)	(221.270)	(224.958)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	394.217	-	394.217	-
Captações de empréstimos	-	300.000	-	300.000
Captações de empréstimos partes relacionadas	1.154.215	31.108	1.141.346	33.201
Pagamento de arrendamento mercantil	(228.409)	(205.172)	(228.532)	(205.936)
Pagamento de empréstimos partes relacionadas	(39.095)	-	(39.095)	-
Pagamento principal empréstimos	(1.289.806)	(184.612)	(1.289.806)	(184.612)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(8.878)	(58.676)	(21.870)	(57.347)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(19.601)	2.639	(22.935)	2.864
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	97.328	94.689	106.603	103.739
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	77.727	97.328	83.668	106.603
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(19.601)	2.639	(22.935)	2.864
Informações adicionais:				
Transações que não impactam caixa				
Adição ativo de direito de uso	244.957	247.503	244.957	247.503
Adição de passivo de arrendamento	(244.957)	(247.503)	(244.957)	(247.503)
Adição de ativo imobilizado de desmobilização	19.991	10.268	19.991	10.268
Provisão/reversão de desmobilização,net	(19.991)	(10.268)	(19.991)	(10.268)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A IHS BRASIL - Cessão de Infraestruturas S.A. ("IHS" ou "Companhia" ou "controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado que teve suas operações iniciadas em 12 de novembro de 2012 e tem sede na cidade de São Paulo, capital. A IHS e suas controladas ("Grupo" ou "consolidado"), têm como objeto social a: (i) cessão de infraestruturas metálicas, de concreto ou outras similares não interligadas, de sua propriedade, a terceiros para que estes instalem, operem e mantenham equipamentos de transmissão, retransmissão, receptores e câmeras, por qualquer meio, para telecomunicações, ou a qualquer outra Entidade ou veículo de comunicação; (ii) aquisição, locação ou arrendamento de imóveis urbanos e/ou rurais; e (iii) participação em outras Entidades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista.

A Companhia executa contratos com clientes para a construção de "sites" na modalidade BTS ("*Built to Suit*") e opera a gestão para construção dos "sites" próprios.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contratos para cessão de infraestrutura concentrados com 29 clientes do setor de telecomunicações, que representam 100% da receita.

1.1 – Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Novas avaliações serão realizadas para os próximos exercícios considerando o período de transição.

1.2. Ambiente Macroeconômico e conflito geopolítico

A deterioração global das condições econômicas pode nos afetar adversa e materialmente, bem como aos nossos clientes, através de interrupções, entre outras coisas, na capacidade de adquirir

equipamentos de comunicação ou outros suprimentos através das cadeias de suprimentos usuais. Por exemplo, podem ocorrer escassez de capacidade de transporte marítimo, o que pode afetar o fluxo suave das cadeias de suprimentos dos nossos e/ou dos nossos clientes, aumentar os custos de transporte e/ou diminuir a confiabilidade. A deterioração global das condições econômicas também pode afetar adversa e materialmente a capacidade de nós e/ou dos nossos clientes de manter liquidez e implementar capital de rede, com potenciais quedas no consumo contribuindo para riscos de liquidez, ou até mesmo através de intervenções regulatórias ou pressão sobre preços e serviços oferecidos que podem reduzir a receita por períodos. Quaisquer dificuldades financeiras resultantes poderiam resultar em contas a receber incobráveis ou redução da receita, apesar de termos fornecido mais serviços. Dificuldades resultantes na cadeia de suprimentos ou operacionais (incluindo acesso ao local) também podem resultar na nossa incapacidade de cumprir as metas dos acordos de nível de serviço sob nossos MLAs. A perda de inquilinos significativos, ou a perda de toda ou parte da nossa receita contratada antecipada de certos inquilinos, poderia ter um efeito adverso material sobre nossos negócios, condições financeiras e/ou resultados operacionais.

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e continua envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam nossos negócios. Além disso, o conflito entre EUA, Israel e Irã intensificou-se em fevereiro de 2026 com ataques coordenados que levaram à morte do líder iraniano e imediata retaliação iraniana na região. A escalada afetou rotas aéreas e marítimas, elevando riscos geopolíticos e pressões sobre o comércio global de energia. Em resposta, os EUA ampliaram sanções, incluindo medidas contra entidades e embarcações ligadas ao comércio de petróleo iraniano. Novas sanções também miraram empresas e indivíduos associados a programas de mísseis, drones e vendas de petróleo, intensificando o isolamento econômico do Irã. Tais sanções e demais medidas, não afetam nossos negócios.

A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento, sendo que, até a presente data, não houve impacto material nas demonstrações financeiras.

1.3 Processo de recuperação judicial da Oi e seus impactos

O cliente Oi S/A concluiu em 2024 um processo de reestruturação na justiça brasileira. A Oi S/A listou inicialmente, na petição de recuperação judicial, entre outras empresas de torres e outros fornecedores, valores relativos a contratos existentes com a IHS Brasil.

Este processo de recuperação judicial foi oficialmente aprovado pelas autoridades locais no primeiro trimestre de 2024, com anuência da IHS, com os seguintes termos que impactam diretamente os recebíveis da IHS:

- a) Referente aos anos de 2024 e 2025 estabeleceu 20% de desconto, o que resulta em perda de receita por parte da IHS. Durante todo o exercício de 2024 a IHS aplicou mensalmente o desconto de 20% mencionado na recuperação judicial.

Estabeleceu, também, uma métrica de diferimento para 60% da receita, onde os recebíveis/receita serão pagos até junho de 2027, ou até que ocorra a venda de determinados ativos por parte da OI, o que ocorrer primeiro.

E, por fim, estabeleceu que 20% da receita recorrente deve ser paga pela OI de forma mensal e habitual.

b) Referente ao período de Jan-2026 a Jun-2027, a recuperação judicial estabeleceu 35% de desconto, que resulta em perda por parte da receita da IHS e, estabeleceu também, 65% de pagamentos correntes.

c) Após-Jun-2027, conforme determina a recuperação judicial, toda e qualquer relação entre IHS e OI estará encerrada, incluindo o contrato de direito de uso e exploração das torres e terrenos.

Como resultado dos termos acordados, tivemos que reduzir o valor contábil do grupo de unidades geradoras de caixa (UGC) da IHS para seu valor recuperável e, no primeiro trimestre de 2024, reconhecemos uma desvalorização de R\$ 437 milhões na rubrica de ágio. Adicionalmente, conforme nota explicativa 19, para uma parcela do portfólio referente ao contrato de direito de uso de torres e terrenos assinado com a Oi, os prazos remanescentes de amortização foram reduzidos para 2,5 anos até junho de 2027 e, tendo em vista que esta alteração de prazo modifica as condições anteriores de direito de uso (modificação do período de leasing, que, conforme contrato apresentavam prazo original de vencimento em 2053), foi registrada uma baixa de direito de uso de terrenos e torres no montante total de R\$142 milhões.

Acordo de compra e venda entre OI e IHS e conclusão do processo de autorização:

Em novembro de 2024, o termo de autorização foi aprovado pela Agência Brasileira de Telecomunicações e a Oi passa a operar em regime privado (Autorização). Anteriormente, a Oi operava em regime de concessão e era obrigada a atender às necessidades específicas da agência de telecomunicações e projetos de desenvolvimento.

Como resultado da aprovação do processo de autorização, e seguindo os trâmites dos termos da recuperação judicial, a Oi e IHS assinaram um acordo de compra e venda em dezembro de 2024 onde após o atendimento de condições precedentes, por ambas as partes, a OI transferiu a propriedade de 1.562 torres e 187 terrenos para a IHS (montante líquido de depreciação de R\$415.111 milhões, vide maiores detalhes nota 8), sendo que 1.091 destas torres estão alocadas em terrenos de terceiros. As partes envolvidas formalizaram em 13 de março de 2025, após o atendimento de todas as condições precedentes, o fechamento desta transação e a efetivação legal da transferência dos ativos.

Processo de liquidação da Oi e continuidade do plano de recuperação judicial

Desde março de 2025, a Oi não está cumprindo todas as obrigações do seu plano de recuperação judicial, no que se refere ao compromisso de pagar o valor acordado das faturas cobradas mensalmente, devido a vários problemas de fluxo de caixa identificados por sua administração. Deste modo, não estamos contabilizando a receita correspondente desde então.

Em 30 de setembro de 2025, o tribunal emitiu uma decisão ordenando a liquidação parcial antecipada da Oi, com a suspensão dos pagamentos de dívidas, a destituição do conselho de administração e a transferência de serviços essenciais para intervenientes.

Consideramos o processo de insolvência da Oi como um gatilho para a constituição de perda do

saldo de ativo referente período de carência da Oi (R\$ 45 milhões). Adicionalmente, reduzimos a vida útil estimada relacionada ao intangível de relacionamento com o cliente (CRV), visto que a os futuros recebimentos de contraprestação de nossos serviços junto a Oi são incertos, portanto, contabilizamos uma amortização acelerada equivalente ao saldo do CRV relacionado a Oi, que se tornou zero (R\$ 74 milhões), conforme nota explicativa 9.

Em 14 de novembro de 2025, foi proferida decisão monocrática suspendendo a sentença que converteu a recuperação judicial da empresa em falência. Deste modo, os termos do plano de recuperação judicial inicialmente aprovado pelos credores e homologado judicialmente continua vigente até os dias atuais. Uma nova reavaliação sobre esta decisão será realizada pelo juízo em abril de 2026. A Administração segue acompanhando todos os efeitos deste tema sobre os saldos da Companhia.

1.4 Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

Existem riscos climáticos inerentes onde quer que os negócios sejam conduzidos. Algumas de nossas instalações, incluindo nossas Torres, bem como a infraestrutura de terceiros na qual confiamos, estão localizadas em áreas que já experimentaram, e continuam a experimentar, vários fenômenos meteorológicos (como seca, ondas de calor, incêndios, tempestades e inundações, entre outros) ou outros eventos catastróficos que podem interromper nossas operações ou as de nossos fornecedores, causar danos ou perdas às nossas Torres ou outros ativos, limitar a disponibilidade de recursos, resultar em custos adicionais, atrasar ou impedir a conclusão de projetos em certos locais, ou de outra forma impactar negativamente nossos negócios, condição financeira e/ou resultados operacionais.

As mudanças climáticas podem aumentar a frequência e/ou intensidade de tais eventos. As mudanças climáticas também podem contribuir para várias mudanças crônicas no ambiente físico, como a elevação do nível do mar ou mudanças nos padrões de temperatura ou precipitação, que também podem impactar negativamente nossas operações ou as de nossos fornecedores. Ocasões nas quais operamos que dependem da geração de eletricidade através de esquemas hidrelétricos, por exemplo. Se os padrões climáticos em mudança causarem escassez de água ou secas prolongadas nessas regiões, isso pode afetar nossa capacidade de entregar serviços aos nossos clientes. Embora possamos tomar várias ações para mitigar os riscos comerciais associados às mudanças climáticas, isso pode nos obrigar a incorrer em custos substanciais e pode não ter sucesso, devido, entre outras coisas, à incerteza associada às projeções de longo prazo associadas à gestão do risco climático. Na medida em que os eventos catastróficos se tornem mais frequentes, isso também pode impactar negativamente a disponibilidade ou o custo do seguro.

Além disso, esperamos estar sujeitos a riscos associados a esforços sociais para mitigar ou responder às mudanças climáticas, incluindo, mas não se limitando as regulamentações aumentadas, expectativas de partes interessadas em evolução e mudanças na demanda do mercado.

CONTINUIDADE OPERACIONAL

Em 31 de dezembro de 2025, o balanço patrimonial da controladora e do consolidado apresentam capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 163.776 e R\$ 145.737, respectivamente (em 31 de dezembro de 2024, o balanço patrimonial da controladora e do consolidado apresentam capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 90.176 e R\$ 80.313, respectivamente). Adicionalmente a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.035.620 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 698.016 em 31 de dezembro de 2024) A Administração tem monitorado de forma contínua sua posição financeira e adotado estratégias

para assegurar o cumprimento de suas obrigações. É importante ressaltar que conforme mencionado na nota explicativa 26 de eventos subsequentes, a Companhia está atualmente em processo de venda. Caso a transação de venda seja efetivada, seu novo controlador tem recursos financeiros suficientes para suportar financeiramente o negócio em caso de necessidade. A posição negativa do CCL em 2025 decorre sobretudo de eventos pontuais, especialmente do empréstimo intercompany junto ao seu atual controlador, que por sua vez possui obrigações de curto prazo, porém conforme condição precedente do contrato de compra e venda, tal obrigação deverá ser liquidada, antes do fechamento completo da transação. Caso a transação de venda não ocorra, a Companhia possui diversos mecanismos de captação de recursos junto aos bancos, bem como poderá contar com os atuais acionistas para qualquer injeção de capital no negócio para honrar com seus compromissos de curto prazo. A Administração entende que não há incertezas relevantes quanto à continuidade operacional da Companhia.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado em contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para emissão e divulgação em 31 de março de 2026.

2.3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia elaboradas no encerramento do exercício de cada exercício social. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

As transações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos e os ganhos não realizados nessas operações, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidência de uma perda do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das Companhia e das seguintes controladas:

	Participação no capital social - %	
	2025	2024
Controladas:		
San Gimignano Imóveis e Adm.	100	100
IHS Towers Colômbia	100	100
Wi-fi Mundial Ltda.	100	100

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

A controlada IHS Towers Colômbia possui como sua moeda funcional o Peso Colombiano. As informações financeiras desta subsidiária foram convertidas para Reais para a consolidação e apresentação destas demonstrações financeiras.

Na controladora e nas controladas, os ativos e passivos de operações em moeda diferente da moeda funcional são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras pela taxa de conversão vigente na data da transação e, posteriormente são convertidos para moeda funcional às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As diferenças são apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas são convertidos para reais às taxas de câmbio apuradas na data das demonstrações financeiras apresentadas, e as receitas e despesas são convertidas para reais às taxas médias de câmbio apuradas no período. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

2.5. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos. As principais estimativas contábeis referem-se ao cálculo da provisão para desmobilização, a vida útil dos bens do ativo imobilizado, estimativas associadas ao cálculo de "*impairment*", alocação do preço de compra de combinação de negócios, provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas foram consideradas principais por possuírem aspecto qualitativo relevante.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das Demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização.

b) Aplicações financeiras vinculadas

A Companhia e suas controladas mantinham aplicações financeiras vinculadas e restritas para cumprir obrigações contratuais referentes à emissão das debêntures, que estavam sendo apresentadas liquidas de empréstimos.

c) Contas a receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando há indícios de perdas esperadas pela Companhia no montante a receber devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

d) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição/construção, acrescido dos custos de desmobilização, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), se aplicável. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas mencionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Torres, "rooftops", sistema de antenas distribuídas (DAS) e "smallcells"	10 - 20
Móveis e utensílios	3
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	3
Equipamentos de comunicação	5
Benfeitoria em bens de terceiros	10 - 20

Os valores contábeis do ativo imobilizado são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso exista tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda o seu valor recuperável estimado. Durante o exercício de 2025 a Companhia revisou as vidas úteis de seu ativo imobilizado, e não identificou necessidade de alteração.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Ativos intangíveis e ágio

O ágio surge na aquisição de negócios e representa o excesso da contraprestação transferida, o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Se o total da contraprestação transferida, a participação não controladora reconhecida e a participação anteriormente mantida mensurada pelo valor justo for menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente no resultado ou perda.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa ("UGCs"), ou grupos de UGCs, que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o ágio é alocado representa o nível mais baixo dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna. O goodwill é monitorado ao nível do segmento operacional. As revisões de redução do valor recuperável do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem uma possível redução no valor recuperável. O valor contábil da UGC que contém o ágio é comparado ao valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de alienação. Qualquer redução no valor recuperável é reconhecida imediatamente como despesa e não é posteriormente revertida.

Os ativos intangíveis relacionados à rede representam a receita futura do aluguel da capacidade excedente da torre para novos inquilinos. Os ativos intangíveis relacionados ao cliente representam contratos e relacionamentos com clientes. Os ativos intangíveis relacionados à rede e ao cliente, adquiridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Os ativos intangíveis relacionados à rede e ao cliente têm vida útil definida e são contabilizados pelo custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo da rede e dos ativos intangíveis relacionados ao cliente durante sua vida útil. Suas respectivas vidas úteis são revisadas, caso necessário ou caso haja o impacto de algum evento.

Durante o exercício de 2025 a Companhia revisou as vidas úteis de seu ativo intangível, e não identificou necessidade de alteração. Em 31 de dezembro de 2024, foi identificada a necessidade de registro de perda no valor recuperável dos ativos intangíveis (ágio) no montante de R\$ 437.931, conforme divulgado na nota explicativa 9.

f) Fornecedores

As contas a pagar correspondem ao montante das obrigações a pagar pelos bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. Estão reconhecidas pelo valor nominal dos títulos representativos dessas obrigações, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis.

g) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e previdenciários e para desmobilização

A provisão para riscos é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para desmobilização é realizada tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e “rooftops” instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa presente, do montante de recursos que serão necessários desembolsar quando do término dos contratos de locação. A taxa de desconto utilizada reflete a taxa de captação de empréstimo da companhia e os valores de cotação da desmobilização são atualizados pela taxa SELIC.

h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa de imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda quanto a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos, quando aplicável, são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou se o passivo for liquidado.

i) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da locação das torres e “rooftops”, e com contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A receita é reconhecida mensalmente tendo como base a utilização pelo locatário dos espaços locados, bem como a validação, pelo cliente, da documentação para início do faturamento, quando o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia observa as definições de identificação de um contrato com um cliente pela ótica da norma IFRS 15 e contabiliza após cumprir com os seguintes critérios:

(a) as partes do contrato aprovaram o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas de negócios usuais) e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;

(b) a entidade pode identificar os direitos de cada parte em relação aos produtos ou serviços a serem transferidos;

(c) a entidade pode identificar os termos de pagamento para os produtos ou serviços a serem transferidos;

(d) o contrato possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e

(e) é provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos produtos ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de cobrança de um valor de contraprestação é provável, uma entidade considerará apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor de contraprestação no

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seu vencimento. O valor da contraprestação à qual a entidade terá direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma concessão de preço.

A receita é gerada em torres por locatários âncora (locatários originais nas torres) ou locatários de colocation (locatários subsequentes) quando instalam equipamentos em torres para fornecer serviços de banda larga aos seus clientes.

A Companhia determina o preço da prestação de serviço no início do contrato e considera os efeitos de obrigações de desempenho (incluindo os elementos de locação do contrato) utilizando uma combinação de dados sobre preços observáveis de acordos de serviços geridos, complementados pelo custo mais uma margem.

i.1) Receita de serviços de colocation (não locação)

Para receitas não provenientes de locação, são normalmente identificadas duas obrigações de desempenho distintas, uma relativa à operação da infra-estrutura da torre e outra relativa à prestação de serviços de manutenção e energia, sendo cada uma série de obrigações de desempenho para estar pronto para entregar os serviços necessários.

i.2) Receita de serviços de colocation e aluguel de espaço em torres para a qual a Companhia é arrendadora.

A parcela da receita de colocation e aluguel de espaço em torres, da qual a IHS é arrendadora, é tratada como arrendamento. Os contratos são avaliados no início para determinar se este elemento dos serviços de colocation é um arrendamento financeiro ou operacional. Atualmente, todos os acordos são avaliados como arrendamentos operacionais com receitas incluindo cláusulas fixas de escalonamento presentes em contratos de arrendamento não canceláveis, reconhecidas em uma base linear durante o prazo atual do arrendamento dos contratos de arrendamento relacionados, quando a cobrança é razoavelmente garantida.

i.3) Receita de serviços

A receita de contratos de serviços gerenciados com clientes é reconhecida quando os serviços são entregues por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses serviços.

i.4) Receita diferida

O tratamento contábil de receita diferida na IHS está exclusivamente relacionado ao processo de recuperação judicial da Oi, anteriormente contextualizado, quando ficou acordado que parte da receita, pelos termos da recuperação judicial, somente pode ser reconhecida quando houver o efeito caixa, e está condicionado a venda de ativos pela Oi, ou deverá ser paga pela Oi até junho 2027, o que ocorrer primeiro. Deste modo, a passagem da receita pelo resultado nesse momento tem um efeito econômico nulo e a tributação será aplicada quando do reconhecimento da receita efetivamente, com a baixa do passivo diferido.

j) Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado com base no prejuízo do exercício, considerando a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação pela Companhia durante o período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando os efeitos diluições e de instrumentos conversíveis em ações. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial diluições, portanto o resultado por ação básico e diluído é o mesmo.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

k) Ativos e passivos financeiros

Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo contas a receber e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos, sujeitos a juros.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação do método da taxa de juros efetiva.

l) Arrendamentos (CPC 06 (R2))

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada dentro do contrato, a adotou como base a curva de DI-pré, aplicada a cada contrato pelo prazo remanescente deste.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber.
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início.
- O valor residual devido pelo arrendatário em garantias de valor residual.
- O preço do exercício das opções de compra de ações, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções.
- Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo de arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O ativo e passivo de arrendamento são apresentados em linhas separadas no balanço patrimonial.

Após a determinação do passivo de partida, o passivo de arrendamento é reavaliado mensalmente considerando a redução do valor contábil para refletir o pagamento de

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

arrendamento realizado, como também o recálculo dos juros pelo prazo remanescente.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Sempre que a Companhia assumir uma obrigação com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com o CPC 25. Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

A Companhia aplica o CPC 01 (R1) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao “Imobilizado”.

m) Outras provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A definição de obrigação legal e obrigação não formalizada, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 25, é apresentada da seguinte forma:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

n) Normas e interpretações novas e revisadas.

Não há normas CPC ou interpretações ICPC aplicáveis à Companhia, que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre suas informações da demonstração financeira.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- **Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.
- **CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto:** em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas ainda não estão em vigor para o exercício de 2025.

- **IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis:** em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício ("DRE"), incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A companhia não espera que haja mudança significativa as informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. As alterações mencionadas acima não tiveram

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

impactos materiais para a Companhia. Não existem normas, alterações ou interpretações de normas que ainda não foram adotadas e que se espera que tenham um efeito significativo na entidade no período corrente e em transações futuras previsíveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos	232	782	6.086	9.929
Aplicações financeiras	77.495	96.546	77.582	96.674
	<u>77.727</u>	<u>97.328</u>	<u>83.668</u>	<u>106.603</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a investimentos em Certificado de Depósito Bancário - CDB que possuem compromisso de recompra firme pelos bancos, atualizados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). As aplicações financeiras são de liquidez imediata e possuem prazo de carência inferior a 90 dias, sendo registradas ao custo, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores, aplicadas em títulos remunerados a 100% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Clientes	437.114	340.542	437.116	340.749
Diferimento Oi (ii)	(176.159)	(97.233)	(176.159)	(97.233)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.817)	(13.679)	(33.817)	(13.679)
	<u>227.138</u>	<u>229.630</u>	<u>227.140</u>	<u>229.837</u>
Circulante	98.573	85.245	98.575	85.452
Não circulante (i)	128.565	144.385	128.565	144.385
	<u>227.138</u>	<u>229.630</u>	<u>227.140</u>	<u>229.837</u>

(i) Refere-se aos saldos de contas a receber (carência) realizáveis acima de 12 meses oriundos dos efeitos de linearização de receita que são amortizados pelo tempo de duração do contrato. Estes vencimentos são reajustados prospectivamente com base em índices de mercado previstos em contrato.

(ii) Tal montante refere-se ao Diferimento da Oi, conforme detalhado na nota 1.3.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(13.679)	(13.679)
Adição de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.138)	(20.138)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(33.817)</u>	<u>(33.817)</u>

A Companhia avaliou os seus recebíveis na perspectiva do CPC 48, e nesta avaliação foram considerados os seguintes fatores:

- Avaliação acerca da capacidade do cliente para cumprir suas obrigações contratuais de fluxo de caixa no curto prazo;
- Avaliação acerca de fatores econômicos que podem impactar o cliente e fazer com que ele não cumpra com as obrigações junto à Companhia;
- Avaliação sobre quaisquer valores baixados historicamente para o cliente.

A composição de contas a receber por prazo de vencimento é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	87.668	80.865	87.670	81.021
Vencidas:				
De 0 a 30 dias	27.881	28.143	27.881	28.194
De 31 a 60 dias	8.526	7.895	8.526	7.895
De 61 a 90 dias	8.347	7.875	8.347	7.875
De 91 a 180 dias	25.140	27.011	25.140	27.011
Mais de 180 dias	150.987	44.368	150.987	44.368
	<u>308.549</u>	<u>196.157</u>	<u>308.551</u>	<u>196.364</u>

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de Renda Retido na Fonte	6.307	6.355	6.602	6.543
PIS/COFINS e CSLL (i)	20.962	37.372	20.981	37.390
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social	416	420	416	420
Outros Impostos a recuperar	-	266	311	531
	<u>27.685</u>	<u>44.413</u>	<u>28.310</u>	<u>44.884</u>
Circulante	9.959	10.277	10.584	10.748
Não circulante	<u>17.726</u>	<u>34.136</u>	<u>17.726</u>	<u>34.136</u>
	<u>27.685</u>	<u>44.413</u>	<u>28.310</u>	<u>44.884</u>

(i) Refere-se a crédito decorrente de aquisição de imobilizado incorporado na aquisição da São Paulo Cinco Locação de Torres Ltda a recuperar até 2033.

7. ADIANTAMENTOS E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores	5.140	5.577	5.866	6.456
Aluguel	4.208	5.539	4.208	5.539
Antecipações contratuais (i)	250.819	292.253	250.819	292.253
Outros (ii)	62.358	39.183	62.346	39.475
	<u>322.525</u>	<u>342.552</u>	<u>323.239</u>	<u>343.723</u>
Circulante	42.558	21.700	43.285	22.579
Não circulante	<u>279.967</u>	<u>320.852</u>	<u>279.954</u>	<u>321.144</u>
	<u>322.525</u>	<u>342.552</u>	<u>323.239</u>	<u>343.723</u>

- (i) Referem-se aos montantes desembolsados pela Companhia para execução de novos projetos com clientes que serão amortizados durante o período contratual. A totalidade do valor refere-se a um projeto da Companhia junto ao cliente TIM para a construção de novas torres que será amortizado durante 180 meses à medida que as torres forem sendo concluídas.
- (ii) Aumento na linha de outros em 2025 deve-se aos créditos previdenciários extemporâneos decorrentes de remunerações não habituais e que estão sendo utilizados no pagamento mensal de tributos federais.

8. IMOBILIZADO

	Controladora								
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Custo:									
Terrenos	-	-	-	-	-	11.040	-	47.989	59.029
Torres e "rooftops" (iii)	1.162.035	15.378	(8.637)	325.575	1.494.351	32.504	(5.873)	822.908	2.343.890
Móveis e utensílios	1	-	-	-	1	-	-	-	1
Máquinas e equipamentos	143	-	-	-	143	-	-	-	143
Equipamentos de informática	3.943	4.448	(1.523)	(3.102)	3.766	1.187	(165)	(2.420)	2.368
Equipamentos de comunicação	227	-	-	-	227	-	-	-	227
Benfeitorias em bens de terceiros	1.190	-	-	-	1.190	-	-	-	1.190
Outros	3.694	-	-	-	3.694	-	-	-	3.694
Construções em andamento (i)	73.371	299.357	(21.167)	(272.837)	78.725	215.471	(13.224)	(236.920)	44.052
Adição por transferência de categoria de ativo (iv)	-	-	-	-	-	620.543	-	(620.543)	-
Adiantamentos a fornecedores (ii)	29.204	35.044	(3.315)	(49.636)	11.297	5.496	(103)	(11.014)	5.676
Adições por incorporação	310.637	-	9.487	-	320.124	-	-	-	320.124
Subtotal	1.584.445	354.228	(25.155)	(0)	1.913.518	886.241	(19.365)	-	2.780.394
Depreciações - Torres e rooftops	(331.961)	(87.308)	2.704	-	(416.565)	(335.588)	1.982	-	(750.171)
Depreciações - Outros	(3.407)	(586)	-	-	(3.993)	(1.420)	85	-	(5.328)
Total	1.249.077	266.333	(22.451)	(0)	1.492.960	549.233	(17.298)	-	2.024.895

	Consolidado								
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Custo:									
Terrenos	17.362	3.937			21.299	11.040	-	47.989	80.328
Torres e “rooftops” (iii)	1.190.263	15.379	(8.637)	325.575	1.522.580	32.505	(5.873)	822.908	2.372.120
Móveis e utensílios	70	-	-	-	70	-	-	-	70
Máquinas e equipamentos	161	-	-	-	161	-	-	-	161
Equipamentos de informática	4.803	4.448	(1.523)	(3.102)	4.626	1.187	(165)	(2.420)	3.228
Equipamentos de comunicação	260	-	-	-	260	-	-	-	260
Benfeitorias em Bens de Terceiros	1.189	-	-	-	1.189	-	-	-	1.189
Outros	3.652	-	-	-	3.652	-	-	-	3.652
	70.214	299.357	(21.167)	(272.837)	75.568	215.518	(13.224)	(236.920)	40.942
Construções em andamento (i)									
Adiantamentos a fornecedores (ii)	11.274	35.044	(3.315)	(49.636)	(6.633)	5.496	(103)	(11.014)	(12.254)

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Baixa por venda de investimento	-	-	(16.199)	-	(16.199)	-	-	-	(16.199)
Adição por transferência de categoria de ativo (iv)	-	-	-	-	-	620.543	-	(620.543)	-
Adições por aquisição	207.877	-	-	-	207.877	-	-	-	207.877
Adições por incorporação	134.747	-	-	-	134.747	-	-	-	134.747
Subtotal	<u>1.641.873</u>	<u>358.165</u>	<u>(50.841)</u>	<u>(0)</u>	<u>1.949.196</u>	<u>886.289</u>	<u>(19.365)</u>	<u>-</u>	<u>2.816.121</u>
Depreciações - Torres e rooftops	(344.167)	(87.673)	2.704	-	(429.135)	(335.589)	1.982	-	(762.742)
Depreciações - Outros	(3.407)	(586)	-	-	(3.993)	(1.420)	85	-	(5.328)
Total	<u>1.294.299</u>	<u>269.906</u>	<u>(48.137)</u>	<u>(0)</u>	<u>1.516.068</u>	<u>549.280</u>	<u>(17.298)</u>	<u>-</u>	<u>2.048.050</u>

(i) Referem-se ao saldo das torres, “rooftops”, sistema de antenas distribuídas (DAS) e “smartcells” em construção em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(ii) Refere-se substancialmente a adiantamentos para fornecedores de estruturas (torres).

(iii) Nesta rubrica também se considera os saldos de obrigações com desmobilização das torres, que montam R\$191.846 em 2025 (R\$147.510 em 2024) e também os saldos transferidos conforme item (iv).

(iv) Refere-se ao saldo transferido da rubrica de direito de uso nota explicativa 19 para as rubricas de Terrenos e Torres e “rooftops”. Conforme mencionado na nota 1.3, em março de 2025, a OI S.A. – em recuperação judicial - finalizou a transferência de 100% (cem por cento) das ações da SPE Imóveis e Torres selecionados mediante dação em pagamento de parte dos Créditos detidos pela IHS Brasil – Cessão de Infraestruturas S.A, em linha com os ritos determinados no documento de recuperação judicial. Desta forma, o saldo de R\$620.543 refere-se ao custo do ativo e o saldo de R\$205.432 refere-se à depreciação acumulada apresentada na linha de Depreciações - Torres e rooftops, totalizando uma transferência líquida de R\$415.111.

9. INTANGÍVEL

Controladora				
	Ágio (ii)	Intangível relacionado ao cliente (i)	Intangível relacionado à rede (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	801.267	1.304.677	91.241	2.197.185
Adições	-	-	1.601	1.601
Baixas	-	-	-	-
Subtotal	801.267	1.304.677	92.842	2.198.786
Impairment	(437.931)	-	-	(437.931)
Amortizações	-	(84.521)	(4.462)	(88.983)
Saldo em 31 de dezembro 2024	363.336	1.220.156	88.380	1.671.872

Controladora				
	Ágio (ii)	Intangível relacionado ao cliente (i)	Intangível relacionado à rede (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2024	363.336	1.220.156	88.380	1.671.872
Adições	-	-	98	98
Baixas	-	-	-	-
Subtotal	363.336	1.220.156	88.478	1.671.970
Amortizações	-	(163.002)	-	(163.002)
Saldo em 31 de dezembro 2025	363.337	1.057.154	88.478	1.508.968

Consolidado				
	Ágio (ii)	Intangível relacionado ao cliente (i)	Intangível relacionado à rede (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	801.268	1.304.677	92.454	2.198.400
Adições	-	-	1.601	1.601
Baixas	-	-	-	-
Subtotal	801.268	1.304.677	94.055	2.200.001
Impairment	(437.931)	-	-	(437.931)
Amortizações	-	(85.736)	(4.462)	(90.198)
Saldo em 31 de dezembro 2024	363.337	1.218.941	89.593	1.671.872

Consolidado				
	Ágio (ii)	Intangível relacionado ao cliente (i)	Intangível relacionado à rede (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2024	363.337	1.218.941	89.593	1.671.872
Adições	-	-	98	98
Baixas	-	-	-	-
Subtotal	363.337	1.218.941	89.691	1.671.970
Amortizações	-	(163.002)	-	(163.002)
Saldo em 31 de dezembro 2025	363.337	1.055.939	89.691	1.508.968

(i) Os ativos intangíveis relacionados à rede representam a receita futura do aluguel da capacidade excedente da torre para novos inquilinos e os relacionados ao cliente representam contratos e

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relacionamentos com clientes. A vida útil remanescente dos intangíveis relacionado ao cliente e rede é de 26 e 18 anos, respectivamente, e serão amortizados de forma linear. Conforme nota explicativa 1.3, em 2025 inclui o valor de R\$ 74.124 referente à baixa do saldo de relacionamento com o cliente OI.

(ii) Ágio oriundo das aquisições de Skysites Holdings S/A e São Paulo Cinco Infraestruturas Ltda. bem como da própria Companhia IHS Brasil Cessão de Infraestruturas, tendo em vista a incorporação reversa da IHS Participações ocorrida ao final de 2021.

Determinação do valor recuperável

O valor recuperável de cada UGC foi determinado com base no modelo de valor justo menos custo de venda, o qual é determinado pelo método da receita, descontando os fluxos de caixa futuros estimados em moeda local que reflitam as expectativas atuais do mercado. As principais premissas consideradas foram:

(i) Receitas: projetadas de 2026 a 2034 considerando crescimento histórico das receitas e as projeções de inflação baseados sobre projeções macroeconômicas, sem considerar a expansão das operações;

(ii) Lucro bruto: projetando no mesmo exercício considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem das receitas;

(iii) Despesas: projetadas no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das operações e buscando ganhos de produtividade e eficiência detalhados por cada linha de custos;

(iv) Capital de giro: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da serviços prestados;

(v) Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis (Capex): foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;

(vi) Valor terminal: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;

(vii) Taxa de desconto: após os impostos. A taxa de desconto utilizada foi de 10,34% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (9,6% a.a. em 31 de dezembro de 2024); e

(viii) Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 4,59% a.a. em 31 de dezembro 2025 (4,4% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

Conforme descrito na nota 1.3, como resultado dos termos acordados na recuperação judicial da OI, tivemos que reduzir o valor contábil da unidade geradora de caixa (UGC) da IHS para seu valor recuperável e, no primeiro trimestre de 2024, reconhecemos uma perda por desvalorização de R\$ 437 milhões na rubrica de ágio.

Em 2025, não houve necessidade de registro de perda por redução ao valor recuperável.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. INVESTIMENTOS

	Participação no capital social - %		Ações/Quotas		Patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo dos investimentos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Controladas:										
San Gimignano Imóveis e Adm.	100	100	64.689	64.689	61.955	61.609	345	(1.424)	61.955	61.609
IHS Towers Colombia	100	100	2.507	2.507	(3.685)	(4.949)	(1.306)	(2.561)	(3.685)	(4.949)
IHS Towers Peru (i)	-	-	-	-	-	-	-	(3.934)	-	-
Wi-fi Mundial Ltda.	100	100	2.782	2.782	47	(15)	(58)	(57)	47	(15)
Total					58.317	56.644	(1.019)	(7.976)	58.317	56.644
									Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2023									86.837	
Aumentos de capital/novos investimentos									-	
Baixa de capital/venda investimentos (i)									(23.936)	
Equivalência patrimonial									(7.976)	
Outros									1.719	
Saldo em 31 de dezembro de 2024									56.644	
Aumentos de capital/novos investimentos									2.780	
Equivalência patrimonial									(1.019)	
Ajuste conversão de controladas no exterior									(87)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025									58.317	

(i) Conforme informado na nota explicativa 1, em 1 de maio de 2024, a Administração anunciou a conclusão da venda das operações do Peru para a SBA Communications. O valor de venda de tais operações foi determinado com base em múltiplos do EBITDA e totalizou o valor de R\$ 23.936. Tal processo de venda gerou um ganho de R\$1.059, frente ao saldo dos investimentos registrados na data da venda. A principal razão para a venda foi a necessidade de concentrar os recursos e esforços da empresa em mercados onde possui uma posição mais consolidada e maior potencial de crescimento. A operação no Peru, apesar de promissora, representava uma fração menor do portfólio global da IHS Towers.

Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco patrimonial sintético:

Controladas

	<u>San Gimignano</u>		<u>Wi-fi Mundial Ltda.</u>		<u>IHS Towers Colombia</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante						
Ativo	18.938	11.063	120	66	575	730
Passivo	(452)	(544)	(75)	(86)	(798)	(1.042)
Ativo circulante líquido	18.486	10.519	45	(20)	(223)	(312)
Não circulante						
Ativo	43.469	51.089	2	2	1.155	1.709
Passivo	-	-	-	-	(4.348)	(6.019)
Ativo não circulante líquido	43.469	51.089	2	2	(3.193)	(4.310)
Patrimônio líquido	61.955	61.608	47	(18)	(3.416)	(4.622)

11. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores:				
Materiais e serviços	59.798	69.275	59.555	69.341
	<u>59.798</u>	<u>69.275</u>	<u>59.555</u>	<u>69.341</u>

12. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamento de clientes	7.239	3.076	7.239	3.076
	<u>7.239</u>	<u>3.076</u>	<u>7.239</u>	<u>3.076</u>

O saldo de adiantamentos de clientes é composto substancialmente pelo adiantamento recebido no ano de 2025, referente à antecipação de faturamento de determinados sites, cuja expectativa de realização é de 12 meses.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	774	907	774	907
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo Serv.	259	293	259	293
Provisão para férias	6.220	4.787	6.220	4.787
Provisão de encargos sobre férias	1.108	1.259	1.108	1.259
Provisão para bônus (i)	12.031	8.731	12.605	9.043
	<u>20.392</u>	<u>15.977</u>	<u>20.966</u>	<u>16.289</u>

(i) Refere-se à provisão de bônus/participação nos resultados cujo prazo de pagamento se dá no primeiro trimestre do ano subsequente.

14. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12.2025	31/12/2024	31.12.2025	31/12/2024
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (i)	21.644	2.648	21.807	2.802
Programa de Integração Social – PIS (i)	4.697	559	4.593	509
Imposto sobre Serviços - ISS	1.178	1.178	1.178	1.178
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	20	94	20	94
Impostos retidos na fonte	10.558	1.413	10.582	1.434
	<u>38.097</u>	<u>5.892</u>	<u>38.180</u>	<u>6.017</u>

(i) Refere-se ao Pis e Cofins oriundos dos efeitos retroativos da receita diferida do cliente OI (em recuperação judicial) onde o devido recolhimento ocorreu em março de 2026.

15. OUTRAS PROVISÕES E OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de consultorias	1.062	804	1.112	1.112
Passivo contingente (i)	9.937	9.933	9.937	9.933
Obrigações contratuais Projeto Crescimento (ii)	71.255	128.176	71.257	128.177
Outras	-	52	-	52
	<u>82.254</u>	<u>138.966</u>	<u>82.306</u>	<u>139.274</u>
Circulante	82.254	138.966	82.306	139.274
	<u>82.254</u>	<u>138.966</u>	<u>82.306</u>	<u>139.274</u>

(i) Valor referente à passivo contingente oriundo da aquisição da Skysites Holdings cuja realização está prevista para 2026.

(ii) Valor referente a obrigações contratuais e incentivos oriundos de contrato de construção de novas torres com o cliente Tim.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. EMPRÉSTIMOS

Modalidade	Encargos	Amortização	Controladora e Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024
Debênture	Taxa pré (2,80%) e CDI	Semestral	-	274.459
Debênture	Taxa pré (3,10%) e CDI	Semestral	-	1.093.576
			-	1.368.035
			Controladora e Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2023			1.223.676	
Circulante			43.949	
Não circulante			1.179.727	
			1.223.676	
Fluxos de caixa de financiamento:				
Captações			300.000	
Pagamento de principal			(184.612)	
Pagamento de juros			(152.197)	
Variações que não envolvem caixa:				
Juros incorridos			186.477	
Custo de captação			(5.309)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024			1.368.035	
Circulante			-	
Não circulante			1.368.035	
			1.368.035	
Fluxos de caixa de financiamento:				
Captações			-	
Juros incorridos			119.237	
Pagamento de principal			(1.289.806)	
Pagamento de juros			(197.465)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025			-	
Circulante			-	
Não circulante			-	
			-	

DEBÊNTURES

Em 25 de agosto de 2023, a Companhia realizou a captação de R\$ 1.200.000.000 por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, distribuídas publicamente, originalmente classificadas como quirografárias, com previsão de posterior convolação para a espécie com garantia real.

Em 27 de junho de 2025, a Companhia efetuou o pagamento integral do principal acrescido dos respectivos encargos financeiros, encerrando integralmente essa modalidade de financiamento.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E PREVIDENCIÁRIOS

Foram constituídas provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$856 (R\$3.869 em 31 de dezembro de 2024) com base em processos cíveis e trabalhistas classificados como risco de perda provável, referente a danos materiais, morais e responsabilidade solidária.

A movimentação dos valores prováveis de provisões para riscos está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para riscos		
Saldo inicial	3.869	2.121
Novas provisões	-	1.748
Reversão de provisão	(3.013)	-
Saldo final	856	3.869

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem processos classificados como risco possível no montante de R\$44.108 em 31 de dezembro de 2025 (R\$50.806 em 31 de dezembro de 2024), referente a processos cíveis e trabalhistas com as naturezas descritas abaixo:

- a) Reclamações trabalhistas:
Reclamações trabalhistas decorrentes das operações habituais das entidades do Grupo, correspondem a ações trabalhistas relacionadas, em grande parte, a pedidos de pagamentos de horas extras e seus reflexos, equiparação salarial, férias e abono pecuniário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, 13º salário e banco de horas, dos quais, saldo considerado com expectativa de perda provável soma R\$487 em 2025 (R\$2.396 em 2024) e, saldo considerado com expectativa de perda possível soma R\$20.134 em 2025 (R\$11.125 em 2024).
- b) Processos cíveis:
Processos cíveis decorrentes das operações habituais das entidades do Grupo, correspondem a ações com os proprietários dos imóveis arrendados, dos quais, saldo considerado com expectativa de perda provável soma R\$366 em 2025 (R\$1.472 em 2024) e, saldo considerado com expectativa de perda possível soma R\$19.922 em 2025 (R\$34.579 em 2024).

As demais causas com expectativa de risco possível são de natureza tributária.

18. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO

Os contratos entre a Companhia e suas controladas e os locatários dos espaços nos quais as torres, “*rooftops*”, sistema de antenas distribuídas (DAS) e “*smallcells*” estão instalados preveem que os custos de desmontagem e remoção dos itens e de restauração do local é de responsabilidade da Companhia e de suas controladas.

Dessa forma, a Companhia e suas controladas constituíram saldo de provisão para desmobilização de R\$191.846 em 31 de dezembro de 2025 (R\$147.510 em 31 de dezembro de 2024) com base nas estimativas de custos de desmobilização das torres e “*rooftops*”, sistema de antenas distribuídas (DAS) e “*smallcells*” que refletem o custo presente da obrigação. A seguir apresentamos a movimentação dos saldos:

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	120.433	122.362
Provisões para desmobilização	4.158	4.158
Remensuração do passivo de desmobilização (ii)	16.809	16.809
Juros do período (i)	6.110	4.181
Saldo em 31 de dezembro de 2024	147.510	147.510
Provisões para desmobilização	62.725	62.725
Remensuração do passivo de desmobilização (ii)	24.345	24.345
Juros do período (i)	(42.734)	(42.734)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	191.846	191.846

- (i) Refere-se aos juros do período que é calculado levando em consideração o custo de capital e inflação.
- (ii) Remensuração devido a alteração na taxa de desconto e inflação estimada no fluxo de caixa utilizado. A taxa utilizada foi de 16% (2024 – 14,01%). E, também, devido à atualização das cotações dos serviços de desmobilização atrelados ao site.

19. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Composição e movimentação dos saldos - ativo e passivo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Saldo inicial	2.229.602	2.319.715	2.258.795	2.347.000
(+) Novos contratos	196.957	247.503	196.957	247.503
(-) Remensurações (v)	(70.134)	(7.093)	(69.134)	(6.710)
(+) Adição direito de uso Biosites (vi)	48.000	-	48.000	-
(-) Baixa direito de uso OI e outros (nota 1)	(26.671)	(142.180)	(26.671)	(140.180)
(-) Baixas por transferência de categoria de ativo (iv)	(415.111)	-	(415.111)	-
(-) Depreciação do período(iii)	(130.700)	(188.342)	(139.617)	(188.817)
Saldo em 31 de dezembro	1.831.943	2.229.602	1.853.218	2.258.795

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento:				
Saldo inicial (i)	1.432.550	1.233.739	1.432.851	1.233.739
(+) Adições (ii)	196.957	247.503	196.957	247.503
(-) Remensurações (v)	(70.133)	(7.093)	(70.133)	(6.710)
(+) Adição por direito de uso Biosites (vi)	48.000	-	48.000	-
(-) Contraprestações pagas – Biosites (vi)	(28.800)	-	(28.800)	-
(-) Contraprestações pagas	(228.409)	(205.172)	(228.532)	(205.936)
(+) Juros incorridos (iii)	171.960	163.575	171.960	164.256
Saldo em 31 de dezembro	1.522.125	1.432.550	1.522.303	1.432.851
Passivo circulante	85.159	56.199	85.337	56.500
Passivo não circulante	1.436.966	1.376.351	1.436.966	1.376.351
	1.522.125	1.432.550	1.522.303	1.432.851

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impactos dos arrendamentos no resultado:				
Depreciação	130.700	188.342	139.617	188.817

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Juros	171.960	163.575	171.960	164.256
Total	302.660	351.917	311.577	353.072

- (i) Refere-se a contratos de arrendamentos mercantil que foram anteriormente firmados para locações de terrenos onde as torres da Companhia foram construídas. Os contratos são de 120 e 240 meses, atualizados anualmente pelos índices IGP-M ou IPCA.
- (ii) Refere-se aos novos contratos de arrendamento, bem como incrementos por atualização em valores de aluguel.
- (iii) Os impactos no resultado referentes à depreciação e juros estão apresentados nas notas 23 e 24, respectivamente. A taxa média utilizada pelo Grupo para a IHS para o cálculo a valor presente em 2025 foi de 9,67% (em 2024 foi de 10,31%) por considerar que a taxa reflete o custo financeiro médio de sua operação.
- (iv) Refere-se ao saldo líquido de custo e depreciação transferido da rubrica de direito de uso para a rubrica de Imobilizado, Terrenos e Torres e “rooftops”, nota explicativa 8. Em março de 2025, a OI S.A. – em recuperação judicial - finalizou a transferência de 100% (cem por cento) das ações da SPE Imóveis e Torres selecionados mediante dação em pagamento de parte dos Créditos detidos pela IHS Brasil – Cessão de Infraestruturas S.A, em linha com os ritos determinados no documento de recuperação judicial.
- (v) Refere-se às remensurações contratuais oriundas de renegociações de aluguel efetuadas com locadores no período.
- (vi) Refere-se a adição do direito de uso sobre os Biosites adquiridos da Tim, conforme contrato assinado em junho de 2025, pelo prazo de 10 anos cujo pagamento está sendo realizado em 12 parcelas.

20. PARTES RELACIONADAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

As principais transações realizadas durante o ano são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo:				
Recebíveis partes relacionadas (i)	-	14.024	-	14.024
	-	14.024	-	14.024
	-	14.024	-	14.024
Circulante	-	14.024	-	14.024
Não circulante	-	-	-	-
	-	14.024	-	14.024
Passivo:				
Empréstimos partes relacionadas (ii)(iii)	1.185.222	31.000	1.185.222	31.000
Outras contas a pagar	13.392	3.881	19.411	9.900
	1.198.614	34.881	1.204.633	40.900
Circulante	103.314	34.881	103.314	34.881
Não circulante	1.095.300	-	1.099.648	6.019
	1.198.614	34.881	1.202.962	40.900
Resultado:				
Variação cambial moeda estrangeira	(11.020)	158	(11.020)	158
Juros	58.672	400	58.672	400
	47.652	557	47.652	557
			Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024			20.857	26.876
Recebíveis partes relacionadas			14.024	14.024

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Captações (iii)	1.154.215	1.141.346
Pagamento de Juros	(39.095)	(39.095)
Variações que não envolvem caixa:		
Juros incorrido	58.672	58.672
Variação Cambial	(10.059)	(10.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>1.198.614</u>	<u>1.191.764</u>

- (i) Saldo de partes relacionadas com a I-Systems oriundo da troca de tecnologia do cliente Sky.
- (ii) Saldo de empréstimo com partes relacionadas com a IHS Fiber Cessão, conforme contrato de mútuo de 20 de dezembro de 2024. Sobre o saldo devedor mutuado, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, juntamente com spread de 2,80% ao ano.
- (iii) Em 25 de junho de 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.141.346 por meio de uma operação de empréstimo celebrada com a parte relacionada IHS Netherlands B.V.. O contrato estabeleceu vencimento dos juros trimestrais iniciando em 25 de junho de 2026 e vencimento do principal em 25 de junho de 2027 e remuneração à taxa anual de 9,2%, incidente sobre o saldo devedor do período. Além disso, na controladora temos registrada uma nova transação a pagar com a subsidiária San Gimignano.
- A remuneração da Administração no exercício de 2025 foi de R\$ 9.842 (R\$ 6.146 em 2024), a título de pró-labore.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Considerando o aumento de capital ocorrido em junho de 2025, em 31 de dezembro de 2025 o capital social é de R\$3.160.202 (R\$2.765.986 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 1.998.792.036 ações (1.782.714.230 ações em 31 de dezembro de 2024) ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista IHS Netherlands BR B.V.

Dividendos

Não houve destinação para distribuição de dividendos nos anos de 2024 e 2025.

Outras Reservas de Capital

Não houve alteração na rubrica de outras reservas de capital no ano de 2025.

Reserva de lucros

No período encerrado em 31 de dezembro de 2024 as reservas de lucro foram integralmente consumidas, tendo em vista o prejuízo do exercício.

Lucro por ação

O resultado básico e diluído por ação está demonstrado abaixo:

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(337.604)	(706.894)
Média ponderada de ações no exercício (em milhares de ações)	1.998.792	1.782.714
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,17)	(0,4)

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31/12/2024	31.12.2025	31/12/2024
Cessão/Aluguel de espaço em torres (i)	693.076	605.910	694.053	608.984
(-) PIS E COFINS	(65.599)	(57.814)	(65.599)	(57.814)
	627.477	548.096	628.454	551.170

- (i) Dentro deste montante total está incluído o efeito de dedução da receita diferida referente aos 60% da receita da OI, R\$78.926 em 2025 (R\$97.233 em 2024). Vide nota explicativa 1.

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(424.299)	(359.282)	(433.364)	(369.149)
Despesas com pessoal	(47.187)	(48.064)	(47.281)	(48.650)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.138)	1.382	(20.138)	1.382
Serviços terceiros	(43.843)	(34.179)	(43.847)	(34.242)
Baixa carência OI (ii)	(46.235)	-	(46.235)	-
Outras	24.902	23.052	27.101	17.921
Impairment (i)	(42.208)	(613.196)	(42.208)	(613.196)
	(599.008)	(1.030.287)	(605.992)	(1.045.934)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(275.587)	(275.771)	(271.365)	(274.169)
Gerais e administrativas	(346.804)	(774.888)	(357.789)	(791.987)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23.383	20.372	23.161	20.222
	(599.008)	(1.030.287)	(605.992)	(1.045.934)

- (i) Em 2024, refere-se ao impairment do ágio em R\$ 437.931 e à baixa do direito de uso relativo às torres e terrenos da OI, no valor de R\$ 142.000. Em 2025, está relacionado substancialmente à baixa do direito de uso relativo às torres e terrenos da OI, no valor de R\$26.671, bem como baixa de ativo imobilizado relacionado a projetos em andamento.
- (ii) Baixas oriundas dos efeitos descritos na nota 1.3 referente ao cliente OI, cujo saldo estava registrado no contas a receber, nota explicativa 5.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	18.898	24.251	19,287	24.867
Ajuste a valor presente - Desmobilização (i)	42.734	-	42.734	-
Variação cambial ativa (ii)	70.014	-	70.014	-
Outras receitas financeiras	-	652	-	605
Subtotal	<u>131.645</u>	<u>24.903</u>	<u>132.034</u>	<u>25.472</u>
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(77.701)	(3.618)	(77.703)	(3.622)
Ajuste a valor presente - Desmobilização (i)	-	(6.110)	-	(6.207)
Juros	(247.345)	(198.753)	(247.345)	(198.656)
Despesa de juros com arrendamento	(171.960)	(163.575)	(167.332)	(159.449)
Outras	(163)	(595)	(189)	(1.502)
Variação cambial passiva (ii)	(58.928)	(596)	(58.928)	(596)
Subtotal	<u>(556.097)</u>	<u>(373.247)</u>	<u>(551.497)</u>	<u>(370.032)</u>
Resultado financeiro	<u>(424.452)</u>	<u>(348.344)</u>	<u>(419.463)</u>	<u>(344.560)</u>

- (i) Refere-se à reversão do ajuste ao valor presente das provisões de desmobilizações. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração o custo de capital.
- (ii) Refere-se à variação cambial relacionada ao empréstimo contratado em moeda estrangeira (dólar americano – USD) junto à parte relacionada IHS Netherlands B.V., conforme mencionado na Nota 20.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2025	Controladora 31/12/2024	31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(397.002)	(838.512)	(397.002)	(839.325)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IR e CS	134.981	285.094	134.981	285.370
Equivalência patrimonial	(346)	(2.712)	-	-
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	(1.766)	(1.830)	(1.766)	(1.830)
Impairment do Goodwill	-	(148.897)	-	(148.897)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e (passivos) de anos anteriores reconhecido no ano corrente	7.283	382	7.283	382
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos não reconhecidos	(81.533)	-	(81.533)	-
Outros Adições e exclusões	780	(419)	433	(2.593)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>59.398</u>	<u>131.618</u>	<u>59.398</u>	<u>132.432</u>
Alíquota efetiva	(15%)	(16%)	(15%)	(16%)

De acordo com a legislação fiscal vigente, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não estão sujeitos a prazo de prescrição, mas sua utilização está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis futuros. Conforme descrito abaixo, a Companhia decidiu por registrar imposto de renda diferido em 31 de dezembro de 2025 por haver expectativa de rentabilidade futura.

- b.) A composição dos impostos diferidos reconhecidos, está demonstrada abaixo:

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais acumulados	452.928	303.053	453.134	307.560
Provisão para demandas judiciais	(751)	683	(751)	683
Provisão para despesas correntes	29.529	6.073	29.529	6.073
Provisão para pagamento bônus	247	644	247	644
Provisão desmobilização de torres	42.535	30.673	42.535	30.673
Variação cambial	(3.401)	352	(3.401)	352
Saldo de goodwill incorporação	23.385	58.399	23.385	58.399
Valores temporários sobre incorporação (i)	(5.102)	14.579	(5.102)	14.579
Efeitos temporários CPC 06 (R2)	69.392	65.681	69.392	65.681
Depreciação fiscal de itens do imobilizado	(84.036)	(89.059)	(84.036)	(89.059)
Imposto de renda e contribuição social diferido disponível	524.728	391.080	524.934	395.587
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(74.250)	-	(74.250)	-
	450.478	391.080	450.684	395.587

- (i) Diferença temporária de taxas de depreciação fiscal e contábil e provisão de despesas correntes da empresa incorporada em anos anteriores SP5 Locação de Infraestruturas Ltda.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou a análise de realização dos impostos diferidos e concluiu pelo reconhecimento do montante de R\$ 450.478 por haver expectativa de rentabilidade futura nos períodos, conforme expectativa de realização demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
2028	56.180	56.206
2029	85.109	85.148
2030 em diante.	309.189	309.330

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e pelas respectivas apropriações de receitas e despesas, quando aplicável, os quais se aproximam dos valores de mercado.

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos.

Os principais riscos são os seguintes:

a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de eventual prejuízo financeiro para a Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas estabelecem uma política de crédito sob a qual a capacidade de pagamento da contraparte é analisada antes dos termos e das condições de pagamento. Adicionalmente, os instrumentos financeiros ativos estão representados por aplicações financeiras compromissadas com bancos de primeira linha e com avaliação de baixo risco de perdas ou mudança de valor, dadas as características das aplicações financeiras.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disponham de recursos suficientes para cumprir seus compromissos, em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando, assim, os riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2025, os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas estão relacionados a contas a pagar com fornecedores e obrigações trabalhistas, ambos de curto prazo e com expectativa de desembolso de caixa inferior ao período de 6 meses.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm apresentado índices de liquidez suficientes para manutenção de suas operações, para as quais a Companhia já gera caixa suficiente, e tem recebido aportes de seus acionistas para fazer frente às necessidades de investimento para desenvolvimento de seu plano de negócios.

c) Risco de mercado

Risco de mercado está relacionado a eventuais alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que poderiam impactar os negócios da Companhia e suas controladas. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era com relação as aplicações financeiras remuneradas pelo CDI e aos empréstimos e financiamentos que são atualizados com base na TJLP/SELIC. Não há instrumentos financeiros com moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 é a redução do percentual do CDI para fins de aplicações financeiras e um aumento da TJLP/SELIC para fins de empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade

Para mensurar o impacto estimado no resultado dos próximos 12 meses foi elaborada uma análise de sensibilidade em três cenários. Para fins de análise de sensibilidade foi definida como taxa do CDI em 14,32% a.a. e a taxa da SELIC em 13,47% a.a. para o cenário I, um acréscimo de 10% na taxa no cenário II e 20% no cenário III. Com base nessas definições, segue abaixo quadro da análise de sensibilidade em relação ao risco das taxas básicas de juros anteriormente informadas:

<u>Conta contábil</u>	<u>Risco</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações financeiras	Redução do CDI	77.495	11.101	12.211	13.321

Consequentemente, a Companhia e suas controladas não esperam variações e exposições de risco de flutuação de caixa que pudessem impactar de forma material seus instrumentos financeiros.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Categoria	2025	2024	2025	2024
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	77.727	97.328	83.668	106.603
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	227.138	229.630	227.140	229.837
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores	Custo amortizado	59.798	69.275	59.555	69.341
Empréstimos	Custo amortizado	-	1.368.035	-	1.368.035
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	1.522.125	1.432.550	1.522.303	1.432.851

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas possuem política de gerenciamento de risco com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado cobertura compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Objeto do seguro		Riscos cobertos	Montante da cobertura
Responsabilidade civil	Danos corporais, materiais e/ou morais causados a terceiros		57.896
Patrimônio imobiliário e bens móveis	Danos materiais (torres) e lucros cessantes combinados		144.740

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 17 de fevereiro de 2026, a IHS Towers concluiu o processo de assinatura de acordo vinculante para a venda das operações de torres da América Latina — incluindo a IHS Brasil – Cessão de Infraestruturas S.A. e Controladas — à Macquarie Asset Management (“Macquarie”), abrangendo aproximadamente 8.860 sites na região. A efetivação da transação permanece sujeita ao cumprimento das condições precedentes usuais, com conclusão prevista para ocorrer ao longo de 2026. A Companhia realizou análise dos potenciais impactos nos saldos contábeis relacionados aos eventos divulgados. Com base nessa avaliação, não foram identificados ajustes a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Certificate Of Completion

Envelope Id: CADA7BE-018B-4157-8F84-5BF752EBAF20

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: DFs IHS Brasil 2025

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 45

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Marcos Galasso

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

marcos.galasso@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original

01 April 2026 | 21:53

Holder: Marcos Galasso

marcos.galasso@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

01 April 2026 | 22:51

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Ricardo Novaes de Queiroz

ricardo.queiroz@pwc.com

SÓCIO

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC Certisign RFB G5

Subject: CN=RICARDO NOVAES DE QUEIROZ:52809960500

Signature

DocuSigned by:

Ricardo Novaes de Queiroz

2BC4D774842B48B...

Timestamp

Sent: 01 April 2026 | 21:55

Viewed: 01 April 2026 | 22:50

Signed: 01 April 2026 | 22:51

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 134.238.159.64

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.6

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_Certisign_RFB/DPC_AC_Certisign_RFB.pdf

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Audrey Vigido audrey.vigido@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 01 April 2026 21:55
Marcos Galasso marcos.galasso@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 01 April 2026 22:51 Viewed: 01 April 2026 22:51 Signed: 01 April 2026 22:51
Witness Events	Signature	Timestamp
Notary Events	Signature	Timestamp
Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	01 April 2026 21:55
Certified Delivered	Security Checked	01 April 2026 22:50
Signing Complete	Security Checked	01 April 2026 22:51
Completed	Security Checked	01 April 2026 22:51
Payment Events	Status	Timestamps